

COMISSÕES, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO
([Art. 8º, § 2º, do Ato Normativo nº 343, de 28 de maio de 2019](#))

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar é presidido pelo Presidente do Tribunal e integrado pelo Vice-Presidente e por mais três Ministros, escolhidos preferencialmente entre os mais antigos, observada, sempre que possível, a relação de um Ministro civil e dois Ministros militares ([art. 16, § 1º, do RISTM](#)), com a atribuição de decidir sobre matéria administrativa da Justiça Militar, consoante dispõe o [art. 17, do RISTM](#).

Composição: Expediente Administrativo nº 20/2023

Presidente:

Ministro FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO

Vice-Presidente:

Ministro JOSÉ COELHO FERREIRA

Membros:

Ministra MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA;

Ministro LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES;

Ministro LEONARDO PUNTEL.

1. DAS COMISSÕES

Nos termos do [art. 18, do RISTM](#), as comissões, permanentes ou temporárias, colaboram no desempenho dos encargos do Tribunal.

As comissões permanentes, integradas por três Ministros efetivos e um suplente, poderão funcionar com a presença de dois membros e serão presididas pelo Vice-Presidente, se dela fizer parte, ou pelo Ministro mais antigo. Seus membros serão eleitos pelo Plenário, pelo prazo de dois anos, preferencialmente na primeira sessão administrativa presencial, após serem empossados o Presidente e o Vice-Presidente. A escolha dos seus membros efetivos recairá sobre dois Ministros militares e um Ministro civil; a do suplente, indistintamente sobre Ministro militar ou civil.

As comissões permanentes dispostas no [art. 18, § 1º, incisos I a IV, do RISTM](#), são as seguintes: Comissão de Regimento Interno, Comissão de Jurisprudência, Comissão de Direito Penal Militar e Comissão da Memória da Justiça Militar.

As comissões temporárias serão criadas, quando necessário, pelo Presidente do Tribunal, ouvido o Plenário; podem ter qualquer número de membros, em função da missão, e se extinguem tão logo alcançado o fim a que se destinem.

1.1 COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

Suas atribuições estão insertas no [art. 19, inciso I, alíneas “a” a “d”, do RISTM](#), a saber: elaborar o Regimento Interno e velar pela sua atualização; propor emendas ao texto em vigor; emitir parecer sobre as emendas de iniciativa de Ministros; e assessorar o Tribunal na interpretação do Regimento Interno.

Composição: Expediente Administrativo nº 20/2023

Presidente:

Ministro ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA

Membros:

Ministro ODILSON SAMPAIO BENZI;

Ministro CLÁUDIO PORTUGAL VIVEIROS.

Suplente:

Ministro LEONARDO PUNTEL.

1.2 COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

À Comissão de Jurisprudência cabe supervisionar os serviços de sistematização e divulgação da jurisprudência do Tribunal; velar pela expansão, atualização e publicação da súmula; e selecionar e divulgar assuntos jurídicos de interesse da Justiça Militar, em particular, e do Direito, em geral, através da edição da Revista de Doutrina e Jurisprudência do Superior Tribunal Militar ([art. 19, inciso II, alíneas “a” a “c”, do RISTM](#))

Composição: Expediente Administrativo nº 20/2023

Presidente:

Ministra MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA.

Membros:

Ministro CARLOS VUYK DE AQUINO;

Ministro CELSO LUIZ NAZARETH.

Suplente:

Ministro JOSÉ BARROSO FILHO

Secretário(a):

IGNÁCIO KAZUTOMO SETTE SILVA.

Secretário(a)-Adjunto(a):

Sargento Aer DEYVISON DE SOUZA GONCALVES.

1.3 COMISSÃO DE DIREITO PENAL MILITAR

As atribuições da comissão estão dispostas no [art. 19, inciso III, do RISTM](#), destacando-se a de tratar dos assuntos pertinentes ao Direito Penal Militar, divulgando e incrementando o seu conhecimento, e prestando eventuais esclarecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo ([art. 19, inciso III, alínea “a”, do RISTM](#))

Composição: Expediente Administrativo nº 20/2023

Presidente:

Ministro JOSÉ COELHO FERREIRA.

Membros:

Ministro LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES;

Ministro CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA.

Suplente:

Ministro CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS.

1.4 COMISSÃO DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA MILITAR

À Comissão da Memória da Justiça Militar possui a incumbência de propor ao Plenário a política institucional de Memória da Justiça Militar; sugerir e supervisionar projetos e programas no âmbito da história da Justiça Militar brasileira; promover a difusão da documentação histórica da Justiça Militar da União; estimular e fomentar a integração e modernização dos arquivos processuais físicos e digitais, visando à preservação do patrimônio histórico da Justiça Militar da União; e propiciar o debate em torno da identidade institucional histórica da Justiça Militar da União ([art. 19, inciso IV, alíneas “a” a “e”, do RISTM](#))

Composição: Expediente Administrativo nº 20/2023

Presidente:

Ministro PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ.

Membros:

Ministro MARCO ANTÔNIO DE FARIAS;

Ministro LOURIVAL CARVALHO SILVA.

Suplente:

Ministro CARLOS AUGUSTO AMARAL OLIVEIRA.

2. COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO

2.1 COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CGovTIC)

Regulamentado pela [Resolução nº 243, de 09/06/2017](#), alterada pela [Resolução nº 301, de 30/09/2021](#), em conformidade com a [Resolução nº 370/2021, do CNJ](#), de caráter permanente, é composto por um(a) Ministro(a), a ser designado(a) Presidente do Comitê por Ato do Ministro-Presidente, ouvido o Plenário da Corte; Juiz(a)-Corregedor(a) Auxiliar da Justiça Militar da União; Diretor(a)-Geral; Secretário(a) Judiciário(a); Diretor(a) de Tecnologia da Informação; Assessor(a) de Gestão Estratégica; e Diretor(a) de Documentação e Gestão do Conhecimento ([art. 1º, incisos I a VII](#)).

As atribuições do comitê estão dispostas no [art. 2º, incisos I a XII, da Resolução nº 243, de 09/06/2017](#), com a redação dada pela [Resolução nº 301, de 30/09/2021](#).

O(a) Diretor(a) de Tecnologia da Informação será o(a) Coordenador(a) Técnico do Comitê, cabendo-lhe as atribuições elencadas no [§ 3º do artigo 1º da Resolução nº 243, de 09/06/2017](#), alterada pela [Resolução nº 301, de 30/09/2021](#).

Composição: Expediente Administrativo nº 20/2023

Presidente:

Ministra MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA.

Substituto(a) do(a) Presidente:

Juiz(a)-Corregedor(a) Auxiliar da Justiça Militar da União;

Membros:

Diretor(a)-Geral;

Secretário(a) Judiciário(a);

Diretor(a) de Tecnologia da Informação;

Assessor(a) de Gestão Estratégica; e

Diretor(a) de Documentação e Gestão do Conhecimento.

Coordenador(a) Técnico do Comitê:

Diretor(a) de Tecnologia da Informação.

2.2 COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CGTIC)

Regulamentado pela [Resolução nº 243, de 09/06/2017](#), com as alterações trazidas pela [Resolução nº 301, de 30/09/2021](#), em conformidade com a [Resolução nº 370/2021, do CNJ](#), foi criado, de forma permanente, no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN), com as atribuições de elaborar planos táticos e operacionais da área de TIC, analisar demandas, acompanhar a execução dos planos, estabelecer indicadores operacionais, propor replanejamentos e apoiar, tecnicamente, mediante demanda específica, o Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC) na elaboração dos PETIC, PDTIC e PIME/TIC ([art. 3º](#)).

É composto pelo Diretor de Tecnologia da Informação, que o preside, pelos Servidores titulares das Coordenadorias da estrutura orgânica da DITIN e pelo Chefe do Núcleo de Governança e Estratégia de Tecnologia da Informação (NUGET) ([art. 3º, parágrafo único, incisos I a III](#)).

2.3 COMITÊ GESTOR LOCAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE (CGAIS)

Disciplinado, no âmbito da JMU pela [Resolução nº 258, de 17/12/2018](#), bem como pelo [Ato Normativo nº 305, de 19/12/2018](#), conforme [Resolução nº 207/2015, do CNJ](#), possui seus objetivos definidos no [art. 2º, incisos I e II, da Resolução nº 258, de 17/12/2018](#), e suas atribuições definidas no [art. 2º, incisos I a V, do Ato Normativo nº 305, de 19/12/2018](#).

É composto pelo Ministro Vice-Presidente do STM, que o presidirá; por um Magistrado de 1º Grau, designado pelo Ministro-Presidente do STM; pelo Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal; pelo Diretor de Gestão de Serviços de Saúde (DISAU); e pelo Diretor de Pessoal (DIPES) ([art. 3º, incisos I a V, do Ato Normativo nº 305, de 19/12/2018](#))

Composição: Expediente Administrativo nº 20/2023

Presidente:

Ministro JOSÉ COELHO FERREIRA.

Suplente:

Ministro MARCO ANTÔNIO DE FARIAS.

Membros:

Juiz Federal da JMU: Dr. FREDERICO MAGNO DE MELO VERAS;

Diretor(a)-Geral;

Diretor(a) da DISAU; e

Diretor(a) da DIPES.

2.4 COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

A comissão foi criada no âmbito da JMU com fundamento na Resolução nº 230/2016, do CNJ, atualmente revogada pela [Resolução nº 401/2021, do CNJ](#), tem sua composição instituída pelo [Ato nº 3.028, de 19/08/2020](#), alterado pelo [Ato nº 4.091, de 07/06/2023](#), tendo como presidente uma Juíza Federal da Justiça Militar.

2.5 COMITÊ GESTOR DA REDE DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

A Rede de Priorização do Primeiro Grau da Justiça Militar da União é constituída por representantes de todas as Auditorias, sob a coordenação da Corregedoria da Justiça Militar, tendo por objetivo desenvolver iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância da Justiça Militar da União. ([art. 1º, parágrafo único, do Ato Normativo nº 462, de 12/01/2021](#))

O Ministro-Corregedor será o representante da Justiça Militar da União perante a Rede de Priorização do Primeiro Grau do Poder Judiciário, conforme o disposto no § 2º do art. 3º da Resolução nº 194, de 26 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Justiça.

Composição: Expediente Administrativo nº 20/2023.

Presidente:

Ministro JOSÉ COELHO FERREIRA.

[Ato nº 3.028, de 19/08/2020](#), alterado pelo [Ato nº 3.664, de 28/03/2022](#) e o [Ato nº 3.378, de 08/09/2021](#)

2.6 COMISSÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (ComSeg)

A Comissão de Segurança Institucional da Justiça Militar da União (ComSeg) é composta pelo Ministro Vice-Presidente do STM, que o preside; por um Ministro designado pelo Ministro-Presidente, ouvido o Plenário da Corte; por um Juiz Federal da Justiça Militar da União, designado pelo Ministro-Presidente; pelo Secretário-Geral da Presidência (SEPRE); pelo Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar (SECSTM); e pelo Assessor da Assessoria de Segurança Institucional (ASSEG). ([art. 3º, incisos I a VI, do Ato Normativo nº 306, de 19/12/2018](#)), com redação dada pelo [Ato Normativo nº 639, de 12/05/2023](#).

As atribuições da comissão estão expressas nos incisos do [art. 2º, do Ato Normativo nº 306, de 19/12/2018](#), alterado pelo [Ato Normativo nº 423, de 05/06/2020](#), destacando-se a incumbência de assessorar o Ministro-Presidente no estabelecimento de políticas e diretrizes institucionais visando orientar, prevenir e garantir a segurança de magistrados e servidores da JMU e em assuntos, em nível

estratégico, relativos à segurança institucional, abrangendo pessoas, patrimônio, instalações, áreas e equipamentos da JMU e de representar o STM no Comitê Gestor que coordena o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário (SINASPJ), nos termos da Resolução nº 291/2019 do CNJ, por intermédio de um membro da Comissão, que seja magistrado de carreira, indicado por seu Presidente ao Ministro-Presidente do STM.

Composição: Expediente Administrativo nº 20/2023

Presidente:

Ministro JOSÉ COELHO FERREIRA.

Membros:

Ministro LOURIVAL CARVALHO SILVA;

Juiz Federal da JMU: Dr. ALEXANDRE AUGUSTO QUINTAS;

Secretário-Geral da Presidência (SEPRE);

Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar (SECSTM);

Assessor da Assessoria de Segurança Institucional (ASSEG).

2.7 CONSELHO CONSULTIVO DA ENAJUM

O Conselho Consultivo da ENAJUM é integrado pelo Diretor da Escola, que o presidirá; pelo Vice-Diretor da Escola; por um Ministro representante de cada Força, excluindo aquela representada pelo Diretor ou Vice-Diretor; por um Ministro Civil, caso não seja o Diretor ou o Vice-Diretor dessa origem; pelo (a) Juiz (a)-Corregedor (a) Auxiliar; e por um (a) magistrado (a) da 1ª Instância da Justiça Militar da União, para assessorar e auxiliar o Diretor da Escola nas atividades de apoio administrativo e acadêmico da Secretaria da ENAJUM, sem acréscimo remuneratório e sem prejuízo da função judicante no órgão de origem, em conformidade com o [art. 9º, incisos I a VI, da Resolução nº 220, de 03/12/2015](#), com redação dada pela [Resolução nº 318, de 5 out. 2022](#).

O Diretor e Vice-Diretor são escolhidos entre os Ministros do Superior Tribunal Militar em eleição a ser realizada com um mês de antecedência do encerramento de cada biênio, inclusive por ocasião da recondução dos membros da Escola ([art. 6º, da Resolução nº 220, de 03/12/2015](#)). As atribuições do conselho estão relacionadas nos incisos e alíneas do [art. 10, da Resolução nº 220, de 03/12/2015](#).

Composição: [Ata da 14ª Sessão de julgamento, presencial \(Videoconferência\), em 14 mar. 2022, Ato nº 3.710, de 17/05/2022](#)

Expediente Administrativo nº45/2022

Diretor(a):

Dr. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA.

Vice-Diretor(a):

Ministro Alte Esq LEONARDO PUNTEL.

Integrantes:

Ministro Gen Ex MARCO ANTONIO DE FARIAS;

Ministro Ten Brig Ar CARLOS AUGUSTO AMARAL DE OLIVEIRA;

O (a) Juiz-Corregedor (a) Auxiliar;

Juíza Federal Substituta, Dra. NATASCHA MALDONADO SEVERO.

2.8 COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E APOIO TÉCNICO À GESTÃO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (CPAT - JMU)

Regulamentada, atualmente, pela [Resolução nº 340, de 27/11/2023](#), o Plano Operacional para a Gestão Documental na Justiça Militar da União (JMU) referente à comissão possui suas atribuições disciplinadas no [art. 2º, inciso I do Ato Normativo nº 691, de 22/12/2023](#), onde diz respeito sobre a avaliação documental, ou seja, a análise dos documentos institucionais no que concerne aos prazos de guarda e à destinação final, de acordo com a atribuição de valores.

É composta pelo titular da DIDOC, que a presidirá; por um servidor da Seção de Arquivo Corrente e Gestão Documental (SEDOC), por um servidor da Coordenadoria de Preservação e Difusão da Memória Institucional (CODIM), por um servidor da Diretoria de Tecnologia da Informação

(DITIN), por um servidor graduado em curso superior de Arquivologia, por um servidor graduado em curso superior de História, por um servidor graduado em curso superior de Direito e um membro ad hoc.

Composição: [Ato nº 4.299, de 15/01/2024](#)

2.9 COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO - PLS-JMU

A normatização da comissão foi levada a efeito, atualmente, pelo [Ato Normativo nº 545, de 16/03/2022](#), que instituiu o Plano de Logística Sustentável do Superior Tribunal Militar (PLS-STM), para o período de 2022 a 2026, em consonância com a [Resolução CNJ nº 400/2021](#), com os objetivos, gerais e específicos, citados no anexo do normativo, e ainda com a atribuição de propor à Presidência do Tribunal a revisão do Plano sempre que julgar necessário, ou, no máximo, a cada 2 (dois) anos ([art. 3º](#)).

A composição da comissão está descrita no anexo do Ato Normativo nº 545, de 2022, tendo como Presidente um Ministro do Tribunal e como membros a Assessora de Gestão Estratégica e Inovação; o Assessor de Comunicação Social; o Diretor de Administração; o Diretor de Licitações e Execução Orçamentária; a Diretora de Pessoal; a Assessora de Licitações e Contratos; e ainda como secretária a Chefe da Seção de Gestão Socioambiental e Acessibilidade.

2.10 NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA ENTRE OS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

Normatizado atualmente pela [Resolução nº 196, de 02/10/2013](#), alterada pela [Resolução 342, de 18/12/2023](#), são os Núcleos de Cooperação Judiciária constituídos por um Magistrado de cada Auditoria da Circunscrição Judiciária Militar ([art. 2º](#)), com as finalidades dispostas nos incisos do [art. 1º](#), especialmente a de praticar todos os tipos de atos, providências, medidas, incidentes, procedimentos e ritos processuais necessários à realização da Cooperação Judiciária ([inciso III](#)).

A composição do núcleo está disciplinada no [Ato Normativo nº 688, de 19/12/2023](#).

2.11 COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

Instituído pela [Resolução nº 344, de 18/12/2023](#), o Comitê de Gestão de Pessoas da Justiça Militar da União (CGP/JMU) é presidido por Ministro indicado pelo Ministro-Presidente e composto por um(a) Juiz(a) Federal da Justiça Militar; (Vice-Presidente do CGP); pelo(a) Secretário(a)-Geral da Presidência (SEPRE); pelo(a) Diretor(a)-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar (SECSTM); por 2 (dois) Chefes de Gabinetes de Ministros, sendo um de Gabinete de Ministro Militar e um de Gabinete de Ministro Civil; pelo(a) Diretor(a) de Pessoal; pelo Diretor de Pessoal (DIPES); pelo(a) Diretor(a) de Secretaria da Corregedoria (SECOR); pelo(a) Secretário(a) Executivo da ENAJUM; pelo(a) Assessor (a) de Gestão Estratégica e Inovação (AGEST); pelo(a) Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Pessoas. ([art. 20, incisos I a IX](#))

Suas finalidades estão definidas no [art. 21, incisos I a VIII](#), destacando-se a de propor e coordenar o plano estratégico de gestão de pessoas, alinhado aos objetivos institucionais e às diretrizes dessa Política.

Composição: [Ato nº 4.294, de 09/01/2024](#).

2.12 COMITÊ EXECUTIVO DO SEI-JMU

Foi criado pelo [Ato Normativo nº 142, de 1º/06/2015](#), juntamente com a instituição, na Justiça Militar da União, do Processo Administrativo Eletrônico e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI-JMU). Suas atribuições estão definidas no [art. 5º, incisos I a VIII](#).

O ato de criação do comitê foi alterado pelo [Ato Normativo nº 228, de 31/05/2017](#), com a inclusão do § 3º, incisos I a III, ao seu artigo 1º.

Composição: [Ato nº 3.058, de 05/10/2020](#)

2.13 COMITÊ GESTOR DO SISTEMA e- PROC/JMU (CGe-Proc)

O Comitê é composto pelo o Ministro-Presidente do STM, que o preside e pelo Ministro Vice-Presidente, que substitui o Ministro-Presidente em suas eventuais ausências, e ainda pelo Juiz-Corregedor Auxiliar; pelo Assessor Jurídico do Presidente; pelo Secretário Judiciário; e pelo Diretor de Tecnologia da Informação ([art. 3º, inciso I a VI, e parágrafo único, do Ato Normativo nº 369, de 16/09/2019](#), com a redação dada pelo [Ato Normativo nº 465, de 26/04/2021](#))

Suas atribuições estão elencadas no [art. 2º, incisos I a IV](#), do sobredito normativo, com a alteração dada pelo [Ato Normativo nº 549, de 28/03/2022](#) destacando-se a função de deliberar sobre os assuntos estratégicos e institucionais envolvendo o Sistema e-Proc/JMU.

Composição: Expediente Administrativo nº 20/2023

Ministro-Presidente:

Ministro FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO.

Ministro Vice-Presidente:

Ministro JOSÉ COÊLHO FERREIRA.

Juiz-Corregedor Auxiliar:

SAFIRA MARIA DE FIGUEREDO;

Assessor Jurídico do Presidente:

Secretário Judiciário:

Diretor de Tecnologia da Informação.

Secretário do Comitê Secretário Judiciário (ou seu substituto)

2.14 COMITÊ EXECUTIVO DO SISTEMA E-PROC/JMU E DA PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO - PDPJ-BR (CEXE-PROC/JMU/PDPJ-BR)

Criado pelo [Ato Normativo nº 369, de 16/09/2019](#), alterado pelo [Ato Normativo nº 549, de 28/03/2022](#) e pelo [Ato Normativo nº 652, de 21/06/2023](#), o (CExe-Proc/JMU/PDPJ-Br) é composto por um Magistrado de Primeira Instância, designado pelo Ministro-Presidente; pelo Assessor Jurídico do Presidente; pelo Secretário Judiciário; pelo Diretor de Secretaria da Corregedoria; pelo Diretor de Tecnologia da Informação; por um Diretor de Secretaria de Auditoria, designado pelo Ministro-Presidente; pelo Coordenador de Sistemas Judiciais; e pelo Coordenador de Apoio Jurisdicional ([art. 6º, incisos I a VIII](#)). As atribuições do comitê estão definidas no [art. 5º, incisos I a X](#).

Magistrada designada: [Ato nº 3.695, de 29/04/2022](#)

Dra. FLAVIA XIMENES AGUIAR DE SOUSA, Juíza Federal da 1ª Auditoria da 11ª CJM.

2.15 COMITÊ DE GOVERNANÇA COLABORATIVA DO ORÇAMENTO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (ComGov/JMU)

Atualmente regulamentado pelo [Ato Normativo nº 531, de 11/01/2022](#), a fim de atender as disposições insertas na [Resolução nº 195/2014, do CNJ](#), foi instituído o Comitê de Governança Colaborativa de Orçamento da Justiça Militar da União (ComGov/JMU).

O ComGov/JMU é composto por um(a) Ministro(a) do Superior Tribunal Militar, que presidirá o Comitê, designado(a) pelo(a) Ministro(a)-Presidente; pelo(a) Juiz(a)-Corregedor(a) Auxiliar,

como Vice-Presidente do Comitê; pelo(a) Diretor(a)-Geral, como Coordenador(a) Técnico(a) do Comitê; pelo(a) Diretor(a) de Orçamento e Finanças, como Assessor(a) do(a) Coordenador(a) Técnico(a); pelo(a) Diretor(a) de Administração; pelo(a) Diretor(a) de Licitações e Execução Orçamentária; pelo(a) Assessor(a) de Gestão Estratégica e Inovação; por um(a) servidor(a) da Justiça Militar da União, como Secretário(a) do Comitê, indicado(a) pelo(a) Diretor(a)-Geral; por um(a) representante da Diretoria de Orçamento e Finanças, indicado(a) pelo(a) Diretor(a)-Geral; e por um(a) servidor(a) indicado(a) pelas associações/sindicatos, sem direito a voto ([art. 2º, incisos I a X](#)).

Suas atribuições estão definidas no art. 3º, quais sejam, a de auxiliar na captação das necessidades ou das demandas; auxiliar na elaboração da Proposta de Diretrizes Orçamentárias; acompanhar a execução do orçamento anual; monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados; e realizar encontros anuais, de acordo com a conveniência administrativa ([incisos I a V](#)).

Composição: [Ato nº 3.903, de 22/11/2022](#)

2.16 COMITÊ DE GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES (CGC)

Instituído pela [Resolução nº 305, de 13 dez. 2021](#), o Comitê de Gestão das Contratações (CGC), no âmbito do STM, é composto pelos titulares das seguintes unidades: Secretaria do STM (SECSTM), que o preside; Secretaria-Geral da Presidência do Tribunal (SEPRE); Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI); Diretoria de Licitações e Execução Orçamentária (DILEO); e Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação (AGEST).

Suas atribuições estão definidas no [art. 6º](#) do sobredito normativo, destacando a de subsidiar, tecnicamente, o Ministro-Presidente, na tomada de decisão relacionada às contratações e aquisições do STM, garantindo o alinhamento das demandas dos setores requisitantes às diretrizes desta Resolução e ao Plano Estratégico do STM e a de analisar, priorizar e deliberar sobre as demandas dos requisitantes, de acordo com a estratégia organizacional, até o dia 30 de junho de cada ano, visando à confecção do PAC, tal como sua adequação à proposta orçamentária do ano A+1 (ano subsequente), assim como o submeterá à aprovação e à homologação do Presidente do STM, até o dia 30 de outubro do ano A (ano corrente) ([incisos I e III](#)).

2.17 COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO (COMPREV)

Em atenção às disposições insertas no art. 15 da [Resolução CNJ nº 351, de 28/10/2020](#), com redação dada pela [Resolução CNJ nº 413, de 23/08/2021](#), foram designados os membros da comissão, cuja finalidade é instituir a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

A comissão, nos termos do art. 16 da [Resolução CNJ nº 351, de 28/10/2020](#), são atribuições da comissão monitorar, avaliar e fiscalizar a adoção dessa Política; contribuir para o desenvolvimento de diagnóstico institucional das práticas de assédio moral e sexual; solicitar relatórios, estudos e pareceres aos órgãos e unidades competentes, resguardados o sigilo e o compromisso ético-profissional das áreas técnicas envolvidas; sugerir medidas de prevenção, orientação e enfrentamento do assédio moral e sexual no trabalho; representar aos órgãos disciplinares a ocorrência de quaisquer formas de retaliação àquele(a) que, de boa-fé, busque os canais próprios para relatar eventuais práticas de assédio moral ou sexual; alertar sobre a existência de ambiente, prática ou situação favorável ao assédio moral ou assédio sexual; fazer recomendações e solicitar providências às direções dos órgãos, aos gestores das unidades organizacionais e aos profissionais da rede de apoio; e, articular-se com entidades públicas ou privadas que tenham objetivos idênticos aos da Comissão.

Nesse contexto, foi editada, pelo Superior Tribunal Militar, a [Resolução nº 333, de 22/08/2023](#), que Estabelece a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação para a Justiça Militar da União, e institui a Comissão de Prevenção e Enfrentamento

do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação da Justiça Militar da União (COMPREV) e dá outras providências.

Composição: [Ato nº 4.162, de 04/09/2023](#), alterado pelo [Ato nº 4.328, de 19/02/2024](#)
Designação de Ouvidora da Mulher: [Ato nº 3.914, de 16 dez. 2022](#)

2.18 COMISSÃO PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Criada pelo [Ato nº 4.095, de 07/06/2023](#), a Comissão para a realização de concurso público, no âmbito da JMU, é composta pela Secretaria do STM (SECSTM); Diretoria de Pessoal (DIPES); Servidor da Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI); Assessoria Jurídica do Diretor-Geral (ASJUR); Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP); Coordenadoria de Administração de Pessoal (COAPE); Seção de Provisão e Vacância (SEPRO); Seção de Seleção e Gestão de Desempenho (SEGED); e Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação (AGEST).

A comissão foi instituída para o provimento de cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário da JMU.

Composição: [Ato nº 4.095, de 07/06/2023](#) e [Ato nº 4.141, de 17/08/2023](#)

Presidente: [Ato nº 4.147, de 23/08/2023](#) - Dr. JOSÉ CARLOS NADER MOTTA - Diretor-Geral da Secretaria do Superior Tribunal Militar.

2.19 COMITÊ EXECUTIVO DE PRIVACIDADE E DADOS ORGÂNICOS ABERTOS (CESDA)

Criado pela [Resolução nº 340, de 27/11/2023](#), o Comitê Executivo de Privacidade e Dados Orgânicos Abertos (CESDA), tem suas atribuições instituídas pelo [Ato Normativo nº 692, de 22/12/2023](#), nos [incisos I a IX do art 16](#).

A composição do CESDA será instituída por Ato Normativo e deverá conter, no mínimo, um servidor da DIDOC, que o presidirá; um membro do Comitê Executivo do SEI, um servidor da DITIN, um servidor da Corregedoria da Justiça Militar da União (CORJMU) e um membro ad hoc ([Resolução nº 340, de 27/11/2023, art. 16, §3º](#)).

Composição: [Ato Normativo nº 715, de 1º de fevereiro de 2024](#)

2.20 COMISSÃO ALUSIVA AO PACTO NACIONAL DO JUDICIÁRIO PELA LINGUAGEM SIMPLES

Lançado pelo Conselho Nacional de Justiça em dezembro de 2023, durante a cerimônia de abertura do 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Salvador/BA, o **Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples** tem por objeto estabelecer e promover uma cultura no Poder Judiciário de comunicação acessível, fundamentada no uso da linguagem simples, direta e compreensível a todas as pessoas na produção das decisões judiciais e na comunicação geral com a sociedade.

Composição: [Ato Normativo nº 730, de 15 de fev. 2024](#)

Última atualização: 27/02/2024.

Seção de Informação Legislativa (LEGIS).

Tel. 61 - 3313-9199